

MPF requer a anulação de licença para etapa do pré-sal

Ações judiciais querem condenação da Petrobras, União e Ibama

Por Sônia Paes

A licença ambiental da etapa 4 do pré-sal está sendo alvo do MPF (Ministério Públíco Federal), que entrou com pedido de anulação do documento. O órgão afirma que a autorização não levou em consideração os impactos que podem ser causados ao meio ambiente, incluindo comunidades tradicionais de pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas e indígenas da Costa Verde, onde está prevista a exploração.

Essas comunidades, segundo o MPF, teriam que ser consultadas nos moldes da Convenção nº 169 da Organização Internaciona do Trabalho (OIT), em vigor no Brasil há mais de 20 anos. E mais: o órgão questiona ainda a transparência do processo. Duas ações contra o processo tramitam na Justiça Federal de Angra dos Reis-RJ e Caraguatatuba-SP. As ações pedem que a Petrobras, Ibama e União paguem indenização de R\$ 5 milhões por danos morais às comunidades tradicionais da região.

- Ao final da tramitação processual, o MPF requer que a sentença definitiva imponha aos réus não só o dever de executar a consulta às comunidades, mas também a obrigação de elaborar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) complementar que inclua os potenciais danos do projeto ignorados ou subestimados até aqui. Segundo um relatório do



Petrobras afirma que cumpriu exigências do Ibama e está disposta a contribuir com MPF

Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), o licenciamento da Etapa 4 vem desconsiderando pelo menos 25 possíveis prejuízos sociais e ambientais graves relacionados à expansão das atividades petrolíferas na faixa litorânea entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro - diz trecho do comunicado do MPF.

Entenda o caso

A Petrobrás recebeu a licença ambiental prévia do Ibama após a estatal federal afirmar que havia cumprido todas as exigências técnicas e ambientais. Nesta terça-feira, dia 02, a empresa reiterou

que cumpriu as normas exigidas pelo órgão.

- A companhia obteve a Licença Prévia da Etapa 4 após atender a todas as exigências do Ibama e da legislação ambiental vigente. As operações offshore da Petrobras são realizadas em total conformidade com as normas atuais, seguindo as melhores práticas ambientais e de segurança operacional do setor energético - afirmou a empresa, em nota enviada ao Estadão.

A Etapa 4 do pré-sal compreende a instalação de dez novas plataformas na bacia de Santos, com a perfuração de 132 poços em águas profundas. Essa unida-

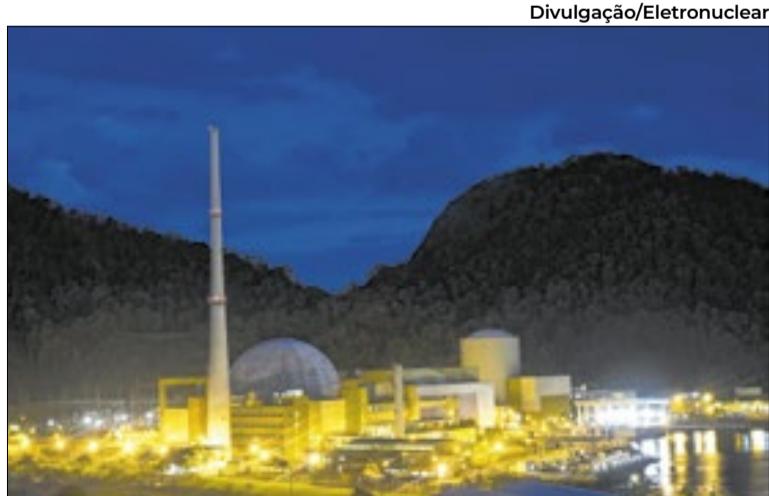
des, situadas em distância mínima de 178 km da costa do litoral dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, serão responsáveis por produzir petróleo e gás em 10 projetos de Desenvolvimento da Produção (DPs). Cada um dos 10 projetos de desenvolvimento da produção da Etapa 4 passará pelas etapas de planejamento, instalação, operação e desativação. O primeiro projeto de produção a entrar em operação está previsto para o ano de 2026.

A unidade de produção de petróleo e/ou gás utilizada no projeto será o navio-plataforma do tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading).

Cade aprova sem restrição venda de fatia da Eletronuclear para Âmbar

Em decisão publicada nesta segunda-feira, dia 01, no Diário Oficial, a Âmbar Energia - do Grupo J&F - teve aprovação do Cade, sem restrições, para concluir a compra de 68% do capital total e 35,3% do capital votante da Eletronuclear, estatal federal gestora das usinas nucleares Angra 1, Angra 2 e Angra 3, atualmente com as obras paralisadas. Mesmo com a compra feita pela Âmbar, a União continua a ter o controle da Eletronuclear por meio da ENBPar, que tem 64% do capital votante. E mais: ainda consta do Diário Oficial a liberação por parte da Âmbar para a compra de três usinas termelétricas da Rovema, no Acre.

A Âmbar Energia é uma das unidades de negócio do Grupo J&F, dono de empresas com



Eletronuclear é gestora das usinas nucleares do país

a JBS, maior produtora de alimentos à base de proteínas do mundo, o sistema de pagamento digital PicPay e a fabricantes de celulose Eldorado Brasil.

A empresa atua na geração, distribuição e comercialização de

energia e possui 39 usinas, com portfólio de energia solar, hidrelétricas, biodiesel, biomassa, biogás, gás natural, entre outras.

Ao justificar o investimento na Eletronuclear, anunciado em outubro, o presidente da empre-

sa, Marcelo Zanatta, explicou, na ocasião, que a energia nuclear combina estabilidade, previsibilidade e baixas emissões de gases do efeito estufa, causadores do aquecimento global.

-Características fundamentais em um momento de descarbonização e de crescente demanda por eletricidade impulsionada pela inteligência artificial e pela digitalização da economia- disse, na época.

Zanatta destaca que as usinas de Angra têm fluxo estável de receitas. A Eletronuclear registrou receita líquida de R\$ 4,7 bilhões e lucro líquido de R\$ 545 milhões em 2024.

“Com esta aquisição, consolidamos o portfólio mais diversificado do setor elétrico brasileiro”, avaliou o presidente.

Projeto de microrreator com verbas da Finep

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vai lançar ainda este mês um novo edital envolvendo R\$ 500 milhões para apoiar projetos voltados para a transição energética, através de subvenções. O anúncio foi feito no dia 25/11, pelo gerente da Finep, Paulo Resende, durante debate no 3º Seminário Múltiplas Aplicações da Energia Nuclear e das Radiações, realizado no Clube de Engenharia, no Rio, para apresentar e debater os rumos e desafios do projeto brasileiro, também financiado pela Finep, destinado a desenvolver e testar o primeiro microrreator nuclear brasileiro.

De acordo com o engenheiro metalúrgico Franklin Palheiros, da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), é possível que com esse novo edital, haja novos aportes para o projeto do Microrreator Nuclear Nacional (MRN), do qual a INB faz parte. O projeto liderado pela Diamante Geração de Energia e Terminus Energia envolve ainda diversas universidades e instituições do país, entre elas a Marinha do Brasil, a Amazul, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) e o Instituto de Engenharia Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (IEN/CNEN). Nesta etapa em desenvolvimento, o objetivo é demonstrar a viabilidade técnica de emprego da tecnologia através de testes que serão realizados em uma unidade crítica no IEN. “Com a possibilidade de um novo aporte, podemos elevar o projeto a um estágio superior de maturidade tecnológica através da construção de um protótipo”, disse Franklin, otimista com o anúncio da Finep.

Compactos, seguros e capazes de operar por longos períodos sem reabastecimento, os microrreatores nucleares despontam como uma das mais promissoras inovações energéticas do século XXI. A tecnologia oferece uma solução estratégica para levar energia limpa e confiável a regiões remotas, bases isoladas, polos industriais e operações críticas que hoje dependem de combustíveis fósseis.

O objetivo é que em três anos, o grupo busque validar a viabilidade técnica e sustentável de um sistema de microrreatores nucleares de baixa potência.